

# Congresso Nacional aprova orçamento de 2026 com R\$ 6,5 trilhões em despesas

O Congresso Nacional aprovou nesta sexta-feira (19) a proposta de Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026 (PLN 15/25) que prevê despesas totais de R\$ 6,5 trilhões, sendo R\$ 1,8 trilhão de refinanciamento da dívida pública. Com a retirada das despesas com precatórios das contas, foi gerada uma margem fiscal de R\$ 13,8 bilhões.

O relator do Orçamento, deputado Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL), explicou que pôde utilizar a margem principalmente para atender emendas de comissões da Câmara e do Senado, porque houve uma reestimativa de receitas de R\$ 13,2 bilhões.

Os precatórios são dívidas com decisão final pela Justiça, e a Emenda Constitucional 136 permitiu a retirada das despesas das contas.

O governo já confirmou que o salário mínimo de 2026 será de R\$ 1.621, quando a estimativa do projeto original era R\$ 10 maior. Para 2026, também haverá uma despesa extra com o Fundo Eleitoral, programado em cerca de R\$ 5 bilhões.

Sem o pagamento da dívida pública, o Orçamento conta com R\$ 4,7 trilhões. Desse total, R\$ 197,9 bilhões correspondem ao orçamento de investimento e R\$ 4,5 trilhões aos orçamentos fiscal e da segurança social.

Com as mudanças no cálculo-

lo das despesas, o limite de gastos para os ministérios e os demais Poderes passou a ser de R\$ 2,4 trilhões. Para 2026, a meta fiscal é de superávit primário de R\$ 34,3 bilhões; mas será considerada cumprida se houver déficit zero.

**GASTOS EM DEFESA** - Na discussão do projeto na Comissão Mista de Orçamento, o senador Esperidião Amim (PP-SC) reclamou de cortes na área de defesa. Segundo ele, o mundo atual está pedindo mais gastos no setor. "A defesa não é uma ficção para um país que tem as fronteiras que temos", disse.

O deputado Isnaldo Bulhões Jr. fez uma complementação de voto para atender algumas demandas, inclusive para o setor de transportes, mas explicou que era importante votar o relatório final. "É indispensável para que não haja atrasos na execução orçamentária e na transferência de recursos da União para os demais entes da Federação, em especial no que diz respeito a emendas individuais, de bancada estadual e de comissões permanentes", afirmou.

**SAÚDE** - A aplicação em ações e serviços públicos de saúde no projeto aprovado está projetada em R\$ 254,9 bilhões, um total de R\$ 7,4 bilhões maior que o mínimo



> Projeto aprovado prevê salário mínimo de R\$ 1.621 e Fundo Eleitoral de R\$ 5 bilhões; texto segue para sanção

constitucional.

A despesa com pessoal terá um aumento de R\$ 11,4 bilhões em 2026. Desse montante, R\$ 7,1 bilhões referem-se a ajustes remuneratórios e concessões de vantagens e R\$ 4,3 bilhões ao provimento de 47.871 cargos, funções e gratificações.

O piso de investimentos foi calcu-

lado em R\$ 83 bilhões e, segundo o relator, ele foi observado porque estão programados R\$ 79,8 bilhões mais R\$ 31 bilhões de programas habitacionais.

O relator destacou ainda que foi criado um programa novo no Orçamento que garante alimentação para os estudantes da rede pública de

educação profissional.

**EMENDAS** - Foram apresentadas 7.180 emendas parlamentares individuais e coletivas, sendo 5.784 de deputados, 1.086 de senadores, 248 de bancada estadual e 62 de comissões permanentes. No total, foram atendidos cerca de R\$ 50 bilhões em emendas, valor semelhante ao de 2025. Outros R\$ 11,1 bilhões em emendas, segundo o relator, foram acolhidos dentro da programação dos ministérios e serão gerenciados pelo Poder Executivo.

No Plenário, o deputado Bohn Gass (PT-RS) criticou o aumento do valor das emendas no Orçamento. "Se tivesse menos recursos nas emendas parlamentares,

o PAC estruturalmente poderia ajudar ainda mais o nosso país. Pois vejam a contradição. Nós vamos ter mais de R\$ 60 bilhões para emendas de deputados, de senadores, de comissões, de bancadas. O PAC é R\$ 52 bilhões", afirmou.

Com as emendas, alguns ministérios, como Integração e Desenvolvimento Regional, obtiveram mais recursos. Este ministério tinha R\$ 6,1 bilhões programados no projeto original e passou para R\$ 12,7 bilhões. Já o Ministério da Previdência Social teve uma redução de R\$ 6 bilhões.

A proposta orçamentária seguirá para sanção presidencial.

| Da Agência Câmara de Notícias  
BRASÍLIA

## Plenário do Senado aprova quase 800 matérias em 2025

Em 2025, o Senado aprovou importantes matérias de impacto econômico e social para o país. Foram 778 proposições legislativas aprovadas no Plenário da Casa, sendo 122 projetos de lei, 17 medidas provisórias e 9 propostas de emenda à Constituição.

O Senado realizou 198 sessões plenárias ao longo do ano. Desse total, 69 foram sessões deliberativas ordinárias – aquelas em que as matérias vão a votação e podem ser aprovadas.

Em termos absolutos, o mês de agosto foi o mais produtivo do Plenário do Senado no ano, com 107 matérias aprovadas. O mês de maio vem em segundo lugar, com 89 matérias aprovadas. Na sequência vêm: abril (86), março (84) e dezembro (83).

Os dados constam de um balanço feito pela Secretaria-Geral da Mesa do Senado, principal órgão de assessoramento técnico-legislativo da Mesa Diretora da Casa. Essa secretaria gerencia todo o processo legislativo no Senado, além de secretariar as sessões e reuniões dos órgãos colegiados da Casa, entre outras funções.

**COMISSÕES** - Além das aprovações em Plenário, o Senado também registrou intensa produção legislativa em suas comissões: do total de projetos aprovados pelo Senado neste ano, 403 nem precisaram passar pelo Plenário, pois foram aprovados de forma terminativa.

CARLOS LOURA/AGÊNCIA SENADO

nativa nas comissões da Casa.

A decisão terminativa em uma comissão dispensa a votação da matéria em Plenário (a não ser que seja apresentado recurso com esse objetivo), permitindo que o projeto siga diretamente para a etapa seguinte – que pode ser a análise na Câmara dos Deputados, a sanção do presidente da República, a promulgação ou o arquivamento do texto.

De acordo com a Secretaria-Geral da Mesa, das 403 matérias aprovadas de forma terminativa, 226 são

projetos de decreto legislativo, 176 são projetos de lei e há um projeto de resolução do Senado. Mais da metade (219) tratam de questões de infraestrutura, enquanto 93 estão relacionadas a políticas sociais.

**ECONOMIA** - A secretaria também fez um levantamento sobre o conteúdo das matérias votadas no Plenário do Senado. E constatou que, das quase 800 aprovadas em Plenário, 95 estão relacionadas à temática de economia e desenvolvimento.

Foi o caso do projeto de lei que isenta do Imposto de Renda quem ganha até R\$ 5 mil mensais, além de reduzir alíquotas para salários mensais que estão acima de R\$ 5 mil e vão até R\$ 7.350. Para compensar os cofres públicos pela perda de arrecadação, o projeto (PL 1.087/2025) aumenta a taxação de altas rendas: aquelas a partir de R\$ 600 mil anuais.

A proposta foi apresentada pelo

Executivo, aprovada na Câmara e no Senado e, no final de novembro, transformada em norma: Lei 15.270, de 2025. O relator da matéria no Senado, onde a matéria foi aprovada no dia 5 de novembro, foi Renan Calheiros (MDB-AL). O presidente da Casa, Davi Alcolumbre, destacou que o texto tramitou no Senado "de forma célere e responsável".

– Graças a esse esforço conjunto, garantimos que o benefício entre em vigor já em janeiro de 2026 – afirmou Davi na ocasião.

Além disso, o Plenário do Senado aprovou no dia 17 de dezembro o projeto que reduz em 10% os benefícios fiscais federais de diversos setores e, simultaneamente, aumenta a tributação de bets e fintechs (PLP 128/2025). O texto também aumenta a tributação dos juros sobre o capital próprio. Essa matéria aguarda a análise da Presidência da República.

**POLÍTICAS SOCIAIS** - Outro tema comum entre as matérias aprovadas pelo Plenário do Senado foram as políticas sociais: 89 delas estavam relacionadas a esse tema.

É o caso do PL 2.628/2022, projeto que cria regras para a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais. Aprovado pela Casa em agosto, o chamado de "PL da Adulteração" já foi transformado em norma (Lei 15.211, de 2025).

Também se inclui nesse tema o projeto que prevê medidas para pro-

mover a participação na sociedade das pessoas com diabetes do tipo 1, além de tratar dos direitos dessas pessoas (PL 5.868/2025). De autoria do senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), a iniciativa foi aprovada em dezembro pelo Senado, com parecer favorável do senador Humberto Costa (PT-PE), e agora aguarda a análise da Câmara dos Deputados.

**MEIO AMBIENTE** - Em relação ao meio ambiente, o levantamento indica que neste ano houve 12 proposições aprovadas pelo Plenário do Senado. Uma delas é o PL 2.159/2021, projeto que cria a Lei Geral do Licenciamento Ambiental.

O projeto foi aprovado pelo Senado em maio. De acordo com os parlamentares que apoiam a iniciativa, o objetivo é uniformizar os procedimentos para emissão de licença ambiental em todo o país e simplificar a concessão de licenças para os empreendimentos de menor impacto. O texto foi transformado na Lei 15.190, de 2025.

Outra matéria sobre o tema é a MP 1.308/2025, medida provisória que cria a licença ambiental especial (LAE) para empreendimentos considerados estratégicos pelo governo federal. Essa proposta foi aprovada em dezembro e aguarda a sanção da Presidência da República.

Da Agência Senado  
BRASÍLIA

Município de Missal		
ESTADO DO PARANÁ		
<b>TERCEIRA REUBLCICAÇÃO DO ATAS DE CREDENCIAMENTO N° 02/2024</b>		
PROCEDIMENTO DE CREDENCIAMENTO		
Conforme estabelecido no Art. 4º, § 4º, do Decreto Municipal nº 5.966, de 31 de Março de 2023, visando fomentar o ingresso de novos credenciados, comunicamos a todos os interessados que o presente processo encontra-se aberto para credenciamento, conforme segue:		
O Município de Missal, Estado do Paraná, através de seu Poder Executivo, torna público que todos os interessados que está aberto o prazo para o CREDENCIAMENTO DE ASSOCIAÇÕES E/OU COOPERATIVAS DE CATEGORIAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS COM SEDE NO MUNICÍPIO DE MISSAL, em conformidade com o inciso I do art. 78, da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 5.966 de 31 de Março de 2023 e nos termos e condições estabelecidos no Edital e seus anexos, de acordo com as especificações e quantidades abaixo:		
ITEM	DESCRIPÇÃO	QUANT.
001	CREDENCIAMENTO DE ASSOCIAÇÕES RECONHECIDAS COMO CATEGORIAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, PARA A EXCOLTAÇÃO DE COLETA, CLASSIFICAÇÃO, BENEFICIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DOS MATERIAIS RECICLÁVEIS OU REUTILIZáveis ATENDENDO A DEMANDA DA POPULAÇÃO DE MISSAL, NA ÁREA URBANA E RURAL, INCLUINDO O ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DA COLETA, ATRAVÉS DE PARCERIA ENTRE O MUNICÍPIO DE MISSAL E AS CATEGORIAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, E NEFICIAMENTO DOS MATERIAIS ATÉ A COMERCIALIZAÇÃO NO BARACARO, ADMITINDO A DISPOSIÇÃO FINAL APENAS DO REJEITO AO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL.	840 TON
VALOR DO CREDENCIAMENTO: R\$ 294.000,00 (duzentos e noventa e quatro mil reais).		
O Credenciamento ocorrerá a partir das 08:00 horas do dia 22 de Julho de 2024, no setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Missal. As informações complementares podem ser solicitadas via telefone (45) 3244-8025 no período das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30, pelo site <a href="http://www.missal.pr.gov.br">www.missal.pr.gov.br</a> ou pelo e-mail <a href="mailto:licitacao@missal.pr.gov.br">licitacao@missal.pr.gov.br</a> .		
Aditivo Luis Ferrari - Prefeito Municipal		

EXTRATO DO ADITIVO N° 02		
ESPECIE	LICITAÇÃO	PARTES
ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA N° 014/2025		MUNICÍPIO DE MISSAL
CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA		
PREGÃO ELETRÔNICO N° 12/2024		
OBJETO		
GT SOLAR SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA CNPJ N° 29.753.537/0001-01 CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA FOTOVOLTAICA, CONECTADO À REDE ON-GRID DA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA DE MISSAL, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MISSAL E A CAIXA ECONÔMICA FEDERATIVA DO BRASIL, NO DIA 10 DE JUNHO DE 2024, NO VALOR TOTAL DE R\$ 1.000.000,00 (UM MILHÃO DE MIL REAIS).		
OBJETIVO		
ATRAVÉS DO PRESENTE TERMO ADITIVO A PARTIR RESOLVEM AMIGAVELMENTE PROMOVER A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO DE OBRA POR MAIS 120 (CENTO E Vinte) DIAS, TENDO COMO NOVA DATA FINA DEFINIDA EM 06/05/2026. ENCAMINHA-SE EM ATENDIMENTO A SOLICITAÇÃO DA EMPRESA, MEMORANDO DE ACEITE N° 505/2025 SOUT E PAGUE JURADO EM ANEXO.		
DATA		
24 DE DEZEMBRO DE 2025		

MUNICÍPIO DE PALOTINA		
<b>EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS</b>		
ATAS DE REGISTROS DE PREÇOS N° 699 A 727/2025 DA PREGÃO N° 083/2025.		
PARTES SIGNATÁRIAS: MUNICÍPIO DE PALOTINA - CNPJ 76.208.487/0001-64; E AS EMPRESAS DETENTORAS PARTES SIGNATÁRIAS, RESPECTIVAMENTE: E ANTONINI COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 58.545.693/0001-88; NO VALOR TOTAL DE - R\$ 182.891,50;		